

Câmara Municipal de Santana do Itararé - Pr.

Rua Vereador Virgilio de Sene, n°. 38. Bairro Portal dos Ipés - Fone (043) 3526-1302 Contato Bantanadoltarare, pr. Jeg. br

DEPARTAMENTO JURÍDICO

alex albergonistsantanadoltarare pr. leg. br

ANÁLISE E PARECER SOBRE PROCESSO LICITATÓRIO N. 03/2022.

Foi nos encaminhado para análise e emissão de parecer jurídico o processo administrativo nº 003/2022, dispensa de licitação em razão do valor sob o n. 003/2022, que tem por objetivo a aquisição de material de expediente de acordo com as necessidades do Poder Legislativo Municipal.

Após análise dos autos passamos a tecer as seguintes considerações:

Preliminarmente

Há de se observar que o procedimento está padronizado aos demais realizados pela administração da casa a vários anos, o que o legitima e lhe confere segurança jurídica, já que os procedimentos anteriores foram avaliados, fiscalizados e aprovados pelos òrgãos técnicos de fiscalização (TCE/PR – MP/PR). Situação, inclusive, que dispensa a manifestação Jurídica, conforme orientação normativa nº 46/2014 da Advocacia Geral da União, vejamos: "Somente è obrigatória a manifestação jurídica nas contratações de pequeno valor com fundamento no art. 24, I ou II, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando houver minuta de contrato não padronizada ou haja, o administrador, suscitado dúvida jurídica sobre tal contratação, aplica-se o mesmo entendimento às contratações fundadas no art. 25 da lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993". Inobstante, visando prezar a boa pratica administrativa, analisamos o procedimento.

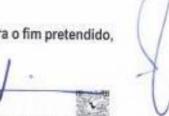
Sintese

A modalidade escoihida pode ser aplicada para aquisição pretendida em razão do valor, pois o artigo 24 da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), atualizada pelo Decreto Federal nº. 9.412/2018, em seu inciso II, dispensa a licitação para compras do valor até 10% do limite previsto na alínea 'a' do inc. II do art. 23 (R\$ 176.000,00), portanto, até R\$ 17.600,00. O Tribunal de Constas do Estado do Paraná editou a norma técnica 01/2018 – CGF/TCE-PR, posicionando-se pela atualização dos valores das licitações, bem como, que tais valores são vinculantes a toda Administração Pública, inclusive a Municipal. E mais, a Lei nº14.133/21 aumentou o limite do valor de dispensa de licitação em 2022 para R\$ 54.020,41 (cinquenta e quatro mil vinte reais e quarenta e um centavos) para compras e serviços.

Não podemos deixar de observar, que a lei adverte que a aquisição não pode se referir a uma mesma compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Assim, a presente dispensa de licitação tem previsão legal e está adstrita aos princípios jurídicos da legalidade, impessoalidade, modalidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa e demais normas aplicáveis à espécie. Importante salientar que nas aquisições por dispensa de licitação, de forma mais acentuada, é necessária a aplicação do princípio da razoabilidade e do bom senso, além, é claro, de primar pelo interesse público, já que dispensa é exceção, sendo licitação, a regra.

Assim considerando, o Legislativo pode se valer deste procedimento para o fim pretendido, desde que primado pela razoabilidade e interesse público acima referido.



https://www.santanadoitarare.pr.leg.br/

Câmara Municipal de Santana do Itararé - Pr.

(0)

Rua Vereador Virgilio de Sene, nº, 38, Bairro Portal dos Ipés - Fone (043) 3526-1302

DEPARTAMENTO JURÍDICO

alex albergoni@santanadoitarare pr.leg.br

Relatório

Constata-se que o procedimento está instruído com os atos essenciais. Teve inicio com o oficio nº 031/2022 – CAM de 13/07/2022 da Presidência ao departamento de administração solicitando abertura do procedimento licitatório; O departamento adm realizou cotação de preços e informou a modalidade a ser adotada como "dispensa", juntou cotação de preços em três empresas distintas. Érickson de Assis Ferreira – MEI, Itaprint – S.A. Toledo – ME, Marcelo Muniz – ME, e pesquisas realizadas em sites de compras na internet, fato acertado, pois mesmo se enquadrando em caso de dispensa, está o órgão público obrigado a observar os preços médios de mercado, evitando assim aquisições a preços excessivos. Informada a dotação orçamentária disponível pelo setor competente, a saber: "01-Câmara Municipal; 01.001-Legislativo Municipal; 01.001.01.031 – Ação Legislativa; 01.001.01.031.1011-Gestão Legislativa; 01.001.01.031.1011.2.001- Manutenção das atividades da Câmara; 33.90.30.00.00.00.00-Material de Consumo. Presente também a Justificativa de contratação pelo Presidente;

Sobre as demais formalidades vemos que a comissão de Licitação foi devidamente designada por meio da Portaria n. 003/2022, baixada pelo Exmo. Presidente do Poder Legislativo Municipal em 25/03/2022, composta por presidente, relator e membro e, como tal, possuem legitimidade para conduzirem o procedimento, em observância ao disposto no art. 51 e parágrafos da Lei 8666/93.

Em reunião especifica a análise dos preços realizada no dia 15/08/2022, a comissão de licitação procedeu à análise do menor preço obtidos nas cotações, classificando vencedora a empresa ÉRICKSON DE ASSIS FERREIRA - MEI, CNPJ 20.986.349/0001-51, julgando o objeto licitatório a seu favor. Ato continuo uma avaliação da empresa vencedora constando sua idoneidade, eficiência e capacidade de entrega dos materiais, relatando que a mesma já participou de licitações.

Conclusão

Ante as considerações esposadas, opinamos pela regularidade do procedimento quanto ao aspecto jurídico formal, pois, adequado e em consonância com as disposições atinentes à dispensa de licitação esculpida no art. 24 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, 9.032/95 e 9.648/98 e especialmente pelo Decreto Federal n. 9.412/2018.

Reiteramos a necessidade de análise e manifestação do controle interno nos processos.

S.M.O.

È a análise e parecer.

Santana do Itararé, 22 de agosto de 2022.

DR. ALEXSANDER VILELA ALBERGONI

Advogado - OAB / PR 37.643

Matricula - 124